

**EMENDA AGLUTINATIVA AO PROJETO DE LEI DE  
CONVERSÃO Nº 09 DE 2013, DECORRENTE DA MEDIDA  
PROVISÓRIA Nº 595/2012**

Nº 3

Dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências.

Aglutine-se com o texto dos artigos 2º, 5º, 6º, 57, e 62 do PLV Nº 09/2013 as emendas nºs 89, 171, 231, 508, e 576, apresentadas à Medida Provisória nº 595/2012 para fins de aprovação de todas as alterações propostas por esta emenda aglutinativa, mantendo-se, no que couber, o texto do Projeto de Lei de Conversão nº 09/2013, aprovado na Comissão Mista:

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

.....  
“Art. 2º .....

.....  
**Parágrafo único. As linhas poligonais que delimitam o porto organizado poderão ser ampliadas e justificado o interesse público com prévia audiência pública organizada.”**  
.....

“Art. 5º .....

.....  
**XIX – à solução de controvérsias relacionadas com o contrato e sua execução, incluindo a conciliação e a arbitragem, a critério do poder concedente.**  
.....”  
.....

“Art. 6º .....



.....  
§ 2º Compete à ANTAQ, com base nas diretrizes do poder concedente, realizar os procedimentos licitatórios de que trata este artigo, **sendo-lhe facultada sua delegação à administração do porto organizado.**  
.....

§ 3º Os editais das licitações de que trata este artigo serão elaborados pela ANTAQ **ou pela administração do porto organizado**, observadas as diretrizes do poder concedente **e o disposto no parágrafo anterior.**  
.....”  
.....

.....  
“Art. 57. ....  
.....

§ 4º A prorrogação dos contratos referidos no *caput* **poderá ocorrer**, por uma única vez e pelo prazo máximo previsto em contrato, desde que o arrendatário promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias.”  
.....

“Art. 62. ....  
.....

§ 1º Para dirimir litígios relativos aos débitos a que se refere o *caput*, poderá ser utilizada a arbitragem, **independentemente de estar em curso o litígio administrativo ou judicial, desde que não transitado em julgado**, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.  
.....”  
.....

Sala das Sessões, em

  
Deputado **EDUARDO CUNHA**

Líder do PMDB